



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N. 16/2024, DE 20 DE JUNHO DE 2024, QUE ALTERA
DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 11 DE 13
DE DEZEMBRO DE 1997 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO
MUNICIPAL, ESPECIFICADAMENTE ÀS TAXAS
INSTITUÍDAS PELO MUNICÍPIO.**

Autor: Prefeito Municipal de Indianópolis/MG, Sr. Lindomar Amaro Borges.

1. RELATÓRIO.

De autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. Lindomar Amaro Borges, após pareceres das presentes Comissões Permanentes, será submetido à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, o Projeto de Lei Complementar n. 16/2024 QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 11 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1997 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICADAMENTE ÀS TAXAS INSTITUÍDAS PELO MUNICÍPIO.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

O projeto de lei complementar em referência tem por escopo promover alterações na Lei Complementar Municipal n. 16/2024, que instituiu o Código Tributário Municipal, no intuito de rever as Taxas Municipais referenciadas no anexo VI do CTM (Taxa dos Serviços de Cemitério).

Verifica-se que o mesmo versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal da República.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

O objeto da proposição também se insere no rol da competência legislativa municipal, nos termos do que disciplina a Lei Orgânica do Município de Indianópolis, especificamente no artigo 14, que assegura ao município legislar sobre assuntos de interesse local, dentre os quais sobre a instituição e a arrecadação de seus tributos:

Art. 14. Compete privativamente ao Município:

(...)

IV - instituir e arrecadar os tributos de sua competência e aplicar sua receita, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes;

(...)

No condizente à iniciativa legislativa, há que se reconhecer a já pacífica possibilidade de a matéria ser proposta tanto pelo Chefe do Poder Executivo quanto por parlamentares, consoante bem ilustra o paradigmático Recurso Extraordinário com Agravo n. 7434802, em que o Supremo Tribunal Federal reafirmou jurisprudência admitindo inexistir, no texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária. Não há, portanto, vício de iniciativa.

Quanto à forma do PLC em análise, a justificativa apresentada pelo Autor do Projeto (Prefeito Municipal) é que a construção do novo cemitério municipal trouxe melhores condições de acesso, segurança e conforto aos munícipes, e que as taxas atuais não contemplam as novas características e os custos operacionais do novo espaço, motivo pelo qual se vê necessário as alterações propostas.

Nessa senda, para melhor elucidar as alterações trazidas com a proposição em análise, juntamos as tabelas referentes às antigas taxas e as novas aqui apresentadas:



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Taxas a serem alteradas:

IV - Taxa dos serviços do Cemitério		
1-	Inumação em sepultura rasa: De adulto - por prazo de 5 anos. De criança - por prazo de três anos.	05 05
2-	Inumação em carneira: De adulto - por cinco anos De infante - por três anos	05
3-	Prorrogação do prazo: De sepultura rasa - por cinco anos De sepultura rasa - por vinte anos De carneiro - por cinco anos De carneiro - por vinte anos	05 10 05 10
4-	Diversos: a) abertura de sepultura, carneiro, jazigo, perpétua para nova inumação. b) entrada de ossada no cemitério c) remoção de ossada no cemitério	05 05 05
	d) permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição e execução de obra de embelezamento	05
	a) construção de carneiro - custo acrescido de 20% (vinte por cento) desde que construída pela Prefeitura Municipal.	05
		05
5-	Aforamento perpétuo por m²	10

Novas Taxas apresentadas:

Taxa dos Serviços do Cemitério		
-	Inumação em sepultura rasa. De adulto - por prazo de 5 anos. De criança - por prazo de três anos.	30 20
-	Inumação em carneira: De adulto - por cinco anos. De criança - por três anos.	30
-	Prorrogação do prazo: De sepultura rasa - por cinco anos. De sepultura rasa - por vinte anos. De carneiro - por cinco anos. De carneiro - por vinte anos.	30 50 30 50
-	Diversos: a) abertura de sepultura, carneiro, jazigo, perpétua para nova inumação. b) entrada de ossada no cemitério. c) remoção de ossada no cemitério. d) permissão para construção de carneiro, colocação de inscrição e execução de obra de embelezamento. e) construção de carneiro - custo acrescido de 20% (vinte por cento) desde que construída pela Prefeitura Municipal.	30 30 30 05 05
-	Aforamento perpétuo por m²	150

Como se trata de questão envolvendo a organização tributária do Poder Executivo Municipal, deve-se destacar que, em termos gerais, não há inconstitucionalidades ou ilegalidades que impeçam a deliberação da matéria em Plenário, cabendo a análise de mérito e de interesse público aos Vereadores.

Ressalta-se, portanto, que referida matéria abarca a majoração de tributo, de modo que deve ser observado o Princípio da Anterioridade (Anual e Nonagesimal), definido no art. 150, III, "b" e "c" da Constituição Federal de 1988:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Deste modo, referidas taxas somente poderão ser cobradas dos munícipes a partir do próximo ano, respeitando, ainda 90 (noventa) dias da promulgação da lei, se essa ocorrer ao fim do ano e os 90 dias em questão abarcarem algum período do próximo ano.

Nesse sentido ensina o doutrinador Sergio Pinto Martins¹:

“Publicada a lei num exercício financeiro, o tributo só pode ser exigido no exercício seguinte, desde já decorridos os 90 dias da lei que o instituiu o aumentou. Os 90 dias devem ser considerados a contar da edição da nova lei”.

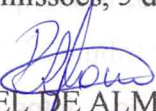
¹ MARTINS, Sergio Pinto. Manual de Direito Tributário. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 66.


3. CONCLUSÃO.

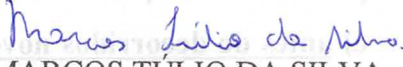
Diante do exposto essa Comissão de Legislação, Justiça e Redação opina pela constitucionalidade e admissibilidade do referido Projeto, não colocando nenhum obstáculo em sua tramitação, cabendo ao Executivo Municipal respeitar o princípio tributário da anterioridade, conforme exposto linhas atrás.

É o Parecer SMJ,

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2024.


RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ
Relator e Membro da CLJR


JOSÉ HELVÉCIO FERNANDES DE REZENDE
Presidente da CLJR


MARCOS TÚLIO DA SILVA
Membro da CLJR